

LISBOA NO NOVO MAPA DAS REGIÕES PORTUGUESAS — UMA PERSPECTIVA¹

*Maria Lucinda Fonseca **

Introdução

O futuro posicionamento de Lisboa no contexto das regiões portuguesas é indissociável de um processo mais amplo de reestruturação das economias metropolitanas e dos ajustamentos da economia portuguesa resultantes da inserção de Portugal na União Europeia e da globalização da economia mundial.

As tendências observadas na última década apontam para o reforço do protagonismo das cidades na edificação da actual sociedade cognitiva e, consequentemente, no aumento das diferenciações territoriais e das polarizações em torno das áreas urbanas (Ferrão, 1997).

Ultrapassado o choque da crise económica dos anos setenta, as grandes metrópoles europeias e mundiais apresentam maior capacidade de inovação e difusão de informações, derivada de um bom nível de infra-estruturas e equipamentos, diversidade e qualidade de serviços pessoais e de apoio à produção, mão-de-obra abundante e com vasto espectro de qualificações, presença de um amplo mercado de consumo e sobretudo facilidades de contactos necessários ao bom desempenho das pessoas e das organizações (Ferrão, 1997; Fonseca, 1997 b).

A conjugação destas vantagens cria sinergias que revitalizam as cidades, tornando-as de novo atractivas para a instalação de empresas e para locais de residência. Deste modo, aos movimentos de contra-urbanização, desencadeados durante a crise económica dos anos setenta, sucedeu, a partir de meados dos anos oitenta, a actual fase de reurbanização e remetropolização (Shurmer-Smith e Burtenshaw, 1994; Bailly, Jensen-Butler e Leontidou, 1996).

¹ Este trabalho integra-se num projecto de investigação do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, financiado pela JNICT e pela DGOT (Contrato n.º 34/94).

* Professora associada do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG) da mesma Universidade.

No caso português, a polarização económica e demográfica da Área Metropolitana de Lisboa (AML), aliada à circunstância de Lisboa ser a capital do País, fazem com que a sua posição na rede urbana ibérica e europeia tenha um papel relevante no sucesso ou fracasso dos desafios que se colocam à sociedade portuguesa, no quadro da constituição da União Económica e Monetária Europeia e da globalização da economia. Deve salientar-se, no entanto, que, além de poder contribuir para uma maior eficácia económica, com efeitos positivos na economia nacional, a concentração de investimentos públicos e privados que tem tido lugar, nos últimos anos, na AML, na dotação de infra-estruturas de transportes e de telecomunicações, ciência, tecnologia e cultura, na qualificação dos recursos humanos e na reestruturação do tecido produtivo da região, corre também o risco de comprometer a redução das assimetrias inter-regionais e, simultaneamente, agravar ou produzir novas formas de pobreza e exclusão social e acentuar a segregação sócio-espacial do território metropolitano.

Conforme salienta J. Gaspar (1995: 83), se recuarmos no tempo verificamos que foi sempre nos períodos em que Portugal teve um papel mais importante ao nível internacional e o País teve maior prosperidade, que Lisboa teve também maior importância nacional. Neste contexto, as políticas de ordenamento do território e desenvolvimento regional adquirem um papel central na regulação destas tensões, competindo-lhes encontrar o ponto de equilíbrio entre a procura de uma maior equidade na distribuição espacial das actividades económicas e o seu custo em termos do crescimento económico nacional (Jayet, Puig e Thisse, 1996: 153).

A reconfiguração do território português nos anos oitenta e noventa

Evolução demográfica, estrutura do povoamento e urbanização

Contrastando com a turbulência demográfica dos anos setenta, a década de oitenta caracterizou-se por uma grande estabilidade. Portugal continental registou um aumento de apenas 29 652 habitantes, correspondente a uma taxa de crescimento anual médio de 0,03%.

Vários factores estão na origem desta evolução:

- quebra acentuada do crescimento natural da população ao longo das duas últimas décadas. Entre 1970 e 1994, o saldo fisiológico sofreu uma redução de 79,9%, passando de 90 354 para 8103 indivíduos, em resultado da redução do número de nascimentos observado a partir dos anos setenta;
- redução da emigração permanente e reforço da emigração temporária, mais ajustada às necessidades de flexibilização do mercado de emprego dos países desenvolvidos da Europa Ocidental (Fonseca, 1996 a);

Fig. 1 — Variação da População Residente em Portugal Continental, por Freguesias, 1981-91

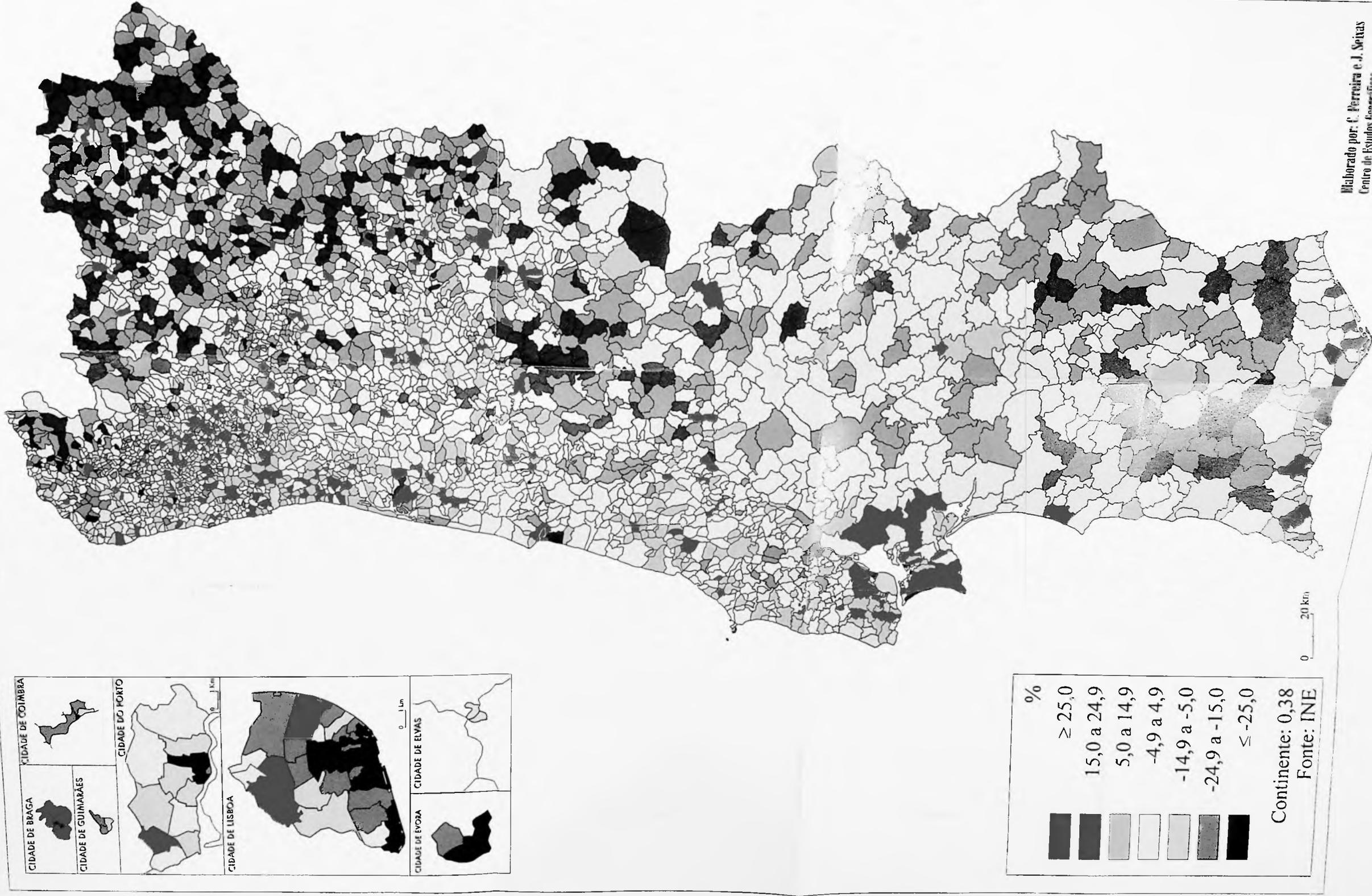


FIG. 2 — Densidade da População Residente em Portugal Continental, por Freguesias, 1991



- consolidação da posição de Portugal como país de imigração, sobretudo para os migrantes laborais provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) (Fonseca, 1997 a).

A estabilização do número de habitantes de Portugal, ao longo dos anos oitenta, foi acompanhada por amplas transformações ao nível da sua distribuição geográfica, das estruturas demográficas e familiares, formas de povoamento e urbanização.

A cartografia, por freguesias, das taxas de variação da população, entre 1981 e 1991 (fig. 1), e o mapa das densidades da população em 1991 (fig. 2), sintetizam com clareza algumas das principais mudanças observadas na ocupação do território de Portugal continental:

- reforço da tendência para a litoralização do povoamento e da bipolaridade da rede urbana, com o aumento da concentração da população a residir nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (38,9% em 1981 e 39,6% em 1991);
- desenvolvimento dos processos de urbanização difusa, sobretudo nas regiões do Norte e Centro Litoral, ao longo dos principais eixos de circulação. Este tipo de urbanização está associada a formas de industrialização difusa, ao progressivo alargamento das bacias de emprego e, por conseguinte ao aumento da amplitude das migrações pendulares residência-trabalho e ainda à expansão das residências secundárias;
- crescimento de algumas cidades médias do Norte e Centro Interior e do Alentejo e reforço do seu protagonismo à escala regional: Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Évora;
- persistência do esvaziamento demográfico das áreas rurais e concentração da população nos aglomerados mais importantes. Entre 1981 e 1991, os habitantes dispersos diminuíram 28,02%; os residentes em lugares com menos de 2000 habitantes sofreram um decréscimo de 7,13% e todas as outras classes de lugares registaram acréscimos demográficos (quadro 1);
- declínio acentuado da população das cidades de Lisboa e Porto (-17,9% e -7,6%, respectivamente), crescimento elevado dos subúrbios mais afastados e dos territórios adjacentes às duas áreas metropolitanas, junto dos aglomerados urbanos mais importantes e nas áreas de melhor acessibilidade.

QUADRO 1

Variação da população residente em Portugal continental, por classes de dimensão dos lugares, 1981-1991 (%)

Número de habitantes	Variação da população 1981-1991 (%)
Total	0,30
Até 1999	- 7,13
2000 a 4999	5,61
5000 a 9999	26,61
10000 e mais	11,85
População isolada	- 28,02

Fonte: Fonseca, 1996 — b. 486.

Dinâmicas locativas das actividades económicas

Os anos oitenta foram marcados pelo declínio da agricultura e pela expansão das actividades de serviços. Entre 1981 e 1991, a população activa agrícola sofreu uma redução de 280 222 efectivos (-40,41%), enquanto o sector terciário registou um aumento de 31,15%, representando, em 1991, 51,05 % da população activa de Portugal continental. A indústria transformadora, apesar de ter aumentado ligeiramente o número de trabalhadores (7,72%), em 1991 mantinha sensivelmente o mesmo peso percentual no emprego que detinha em 1981 (26,85 e 26,76% respectivamente).

A recomposição sectorial das actividades económicas foi acompanhada por alterações importantes ao nível da sua distribuição geográfica. Contudo, importa assinalar que, apesar de se ter observado uma ligeira redução das disparidades regionais, devido à diminuição da polarização dos serviços e sobretudo da indústria, nas áreas metropolitanas, em Portugal, o emprego e a produção têm ainda uma distribuição espacial mais concentrada do que a da população. Mais de metade do valor acrescentado bruto (VAB) é gerado nas duas áreas metropolitanas, isto é, em 4% do território do continente.

As actividades de serviços são as que apresentam maior nível de polarização geográfica, uma vez que 45% do VAB nacional do sector é produzido na AML e 15% na AMP.

No caso da indústria, apesar do declínio observado nos anos oitenta, 40% do VAB industrial é gerado nas aglomerações urbanas de Lisboa e Porto, 30% na primeira e 16% na segunda. Além disso, a AML tem uma base industrial mais diversificada do que a do resto do País, com predomínio dos sectores estratégicos para a economia nacional, com grande destaque para a fileira metálica, alimentar e química (Fonseca, 1997 b).

A indústria mantém um padrão espacial fortemente concentrado, sendo sobretudo importante nas economias regionais do Norte Litoral, tanto ao nível do emprego como da sua contribuição para o VAB.

A região envolvente do Grande Porto é aquela em que a percentagem da população residente activa na indústria transformadora atinge valores mais elevados, claramente superiores ao total do País.

Na Região Centro salienta-se o Pinhal Litoral, como uma das áreas de maior dinamismo industrial. No Centro Interior, a serra da Estrela, a Cova da Beira e o Pinhal Interior Norte são também áreas onde o sector industrial tem elevado peso empregador.

O Baixo Alentejo, Alto Trás-os-Montes, Douro e Algarve são as áreas onde a percentagem de trabalhadores na indústria tem menor expressão, com valores bastante inferiores à média nacional (fig. 3).

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, o Oeste é o território onde a percentagem de população activa na indústria é mais elevada. O processo de reestruturação industrial decorrente da crise dos anos setenta criou condições para uma ligeira redução da concentração da indústria nas áreas metropolitanas e para o crescimento do emprego industrial no Norte e Centro Litoral (Ave, Cávado, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Pinhal Litoral) e fez surgir novas áreas de desenvolvimento industrial, configurando eixos de propagação da indústria em direcção ao interior, acompanhando a melhoria das acessibilidades. Estão neste caso um conjunto de NUTE III, que tiveram, na segunda metade dos anos oitenta, um aumento significativo do emprego e do VAB industrial em ramos intensivos em mão-de-obra: Lezíria do Tejo, Minho-Lima, Dão-Lafões, Cova da Beira e Pinhal Interior Norte (Fonseca, 1995).

As actividades de serviços, como já referimos, entre 1981 e 1991 reforçaram o seu peso no emprego e no VAB em todo o território nacional, embora com mais intensidade nas regiões mais periféricas, onde o emprego no comércio e serviços sociais e pessoais era a única alternativa de emprego local para a mão-de-obra excedentária na agricultura. Nestas condições, o crescimento do sector terciário deriva fundamentalmente do aumento do consumo das famílias, sustentado por rendimentos provenientes do exterior (remessas de emigrantes e transferências através da Segurança Social) e do esforço da Administração Pública, Central e Local, na redução das assimetrias regionais na dotação de infra-estruturas e equipamentos sociais (abastecimento de água e electricidade, saneamento básico, redes de transporte e telecomunicações, serviços de saúde, educação, cultura, desporto, lazer e outros serviços de natureza social).

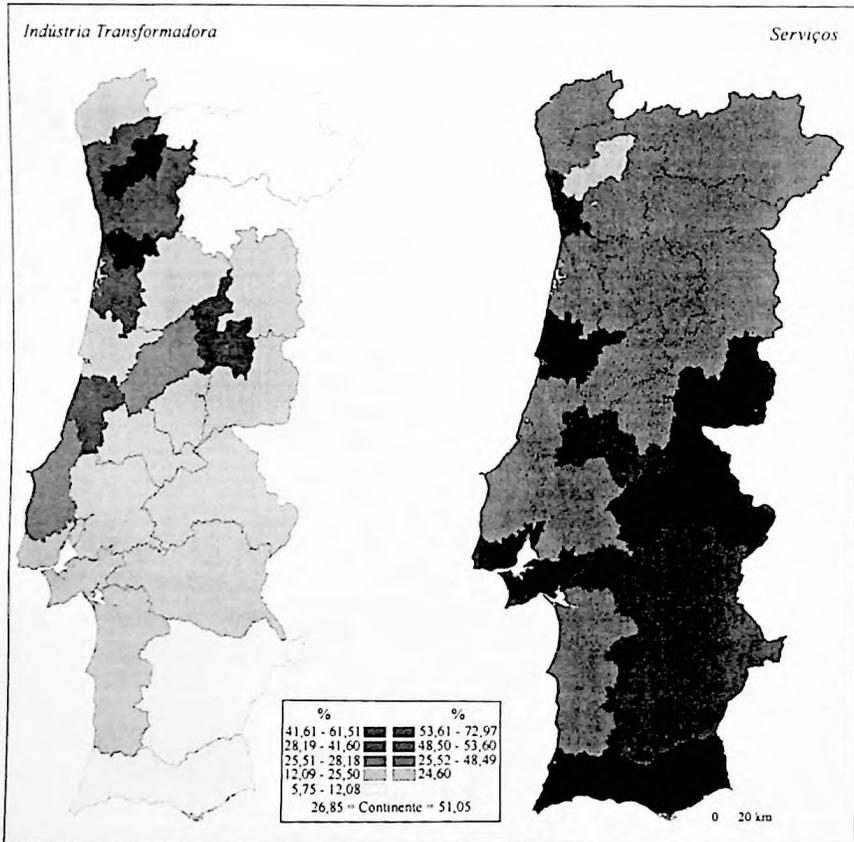
A Grande Lisboa Norte e o Algarve são as regiões com maior nível de terciarização do País. A Península de Setúbal, o Baixo Mondego e o Alto Alentejo, embora com valores menores que nos territórios anteriormente referidos, situam-se também claramente acima da média nacional.

Em linhas gerais, pode dizer-se que, no Norte Litoral, a distribuição geográfica da população residente empregada nos serviços corresponde quase ao

negativo do mapa relativo ao emprego nas indústrias transformadoras, uma vez que o sector terciário tem menor expressão na região envolvente da Área Metropolitana do Porto: Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga e Tâmega (fig. 3).

Fig. 3

População residente activa empregada na indústria transformadora e nos serviços, 1991



Numa análise mais desagregada, por ramos de actividade, e por unidades espaciais menores (concelhos), pode ainda observar-se que os serviços de apoio à produção, pela função direccional que desempenham, necessitam de um elevado nível de centralidade e, por isso, são aqueles que apresentam maior nível de polarização metropolitana.

Tanto no caso da indústria como dos serviços, verifica-se ainda que, apesar de se ter verificado uma ligeira redução das disparidades regionais, entre 1981 e 1991, acentuou-se a sua concentração ao longo da faixa litoral ocidental, entre Setúbal e Viana do Castelo, e no Algarve. Além disso, assistiu-se também ao reforço das polarizações urbanas, mesmo nas regiões fortemente marcadas pelo declínio demográfico (Norte e Centro Interior e Alentejo), acentuando-se a concentração da população e das actividades económicas nos centros urbanos mais importantes. Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Évora são exemplos de cidades médias que conheceram um dinamismo assinalável da indústria e dos serviços, reforçando o seu papel na rede urbana nacional e, sobretudo, na região em que se localizam.

Contrariando a tendência observada nos anos oitenta, há indícios que nos anos noventa se assiste de novo, ao reforço das polarizações geográficas, com vantagem para as áreas metropolitanas, especialmente para a de Lisboa. Esta tendência de remetropolização tem sido agravada pela forte concentração do investimento estrangeiro na aglomeração urbana de Lisboa. A título de exemplo, refira-se que, em 1989, o distrito de Lisboa absorveu 70,1% do investimento estrangeiro efectuado em Portugal e, em 1992, atingiu 81,0%. No mesmo período, o Porto sofreu uma diminuição, mas Setúbal e Braga apresentaram também uma evolução positiva (Duarte, 1993).

A concentração do investimento estrangeiro nas áreas urbanas de maior projecção internacional prende-se com o facto de se tratar de investimentos previamente localizados, uma vez que cerca de 90% se destina a aquisições ou ao aumento da participação de capital em empresas já instaladas (MPAT, 1994).

A abertura do sector financeiro à iniciativa privada e a reprivatização de muitas empresas nacionalizadas, a maior parte das quais sediadas na Área Metropolitana de Lisboa, associada ao processo de reestruturação industrial em curso nesta região, contribuíram também para inverter a tendência de desconcentração das actividades económicas observada nos anos oitenta, e agravar as disparidades regionais.

A distribuição regional dos investimentos efectuados no âmbito do PEDIP II, entre 1994 e 1996, são, a este propósito, bastante elucidativos: a Grande Lisboa e a Península de Setúbal concentraram 46,8% do total, o Grande Porto 9,7%; o Vale do Ave 6,7% e as outras regiões 36,8% (Costa e Costa, 1997: 20). Se excluirmos o projecto da AutoEuropa, em Palmela, mesmo assim, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal absorveram 34,1% do total.

A par do apoio às actividades económicas, a Área Metropolitana de Lisboa tem atraído também um elevado volume de investimentos do sector público, no domínio das infra-estruturas e equipamentos sociais. Além da grande intervenção urbanística na área onde vai ter lugar a Expo '98, tem havido um grande esforço para melhorar a cobertura das redes de abastecimento de água e energia eléctrica, recolha de lixos e saneamento básico, construção de habitações para realojamento das populações mais carenciadas, equipamentos sociais diversos e

realização de grandes projectos estruturantes no domínio dos transportes (Ponte Vasco da Gama, travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, CREL, CRIL, eixo Norte/Sul e alargamento da rede do metropolitano).

Outra vertente em que a região de Lisboa apresenta grandes vantagens competitivas relativamente ao resto do País é o seu potencial de investigação e desenvolvimento. Numa época em que se reconhece que a inovação detém um papel essencial no processo de desenvolvimento das economias regionais, tem de admitir-se que a concentração na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 1992, de 58,7% do investimento e 61,8% do pessoal com actividades de investigação e desenvolvimento, lhe confere maior capacidade para se adaptar ao processo de mudança tecnológica (fig. 4).

Que futuro para Lisboa?

Após a perda do império, Lisboa perdeu capitalidade. A entrada na Europa comunitária restituiu-lhe esse estatuto, elevando-a a capital europeia. Neste contexto, a integração de Portugal na União Europeia constitui mais um factor a beneficiar a posição já de si relativamente privilegiada de Lisboa relativamente às outras regiões portuguesas, pelo menos em termos de oportunidades de crescimento económico (Gaspar, 1992).

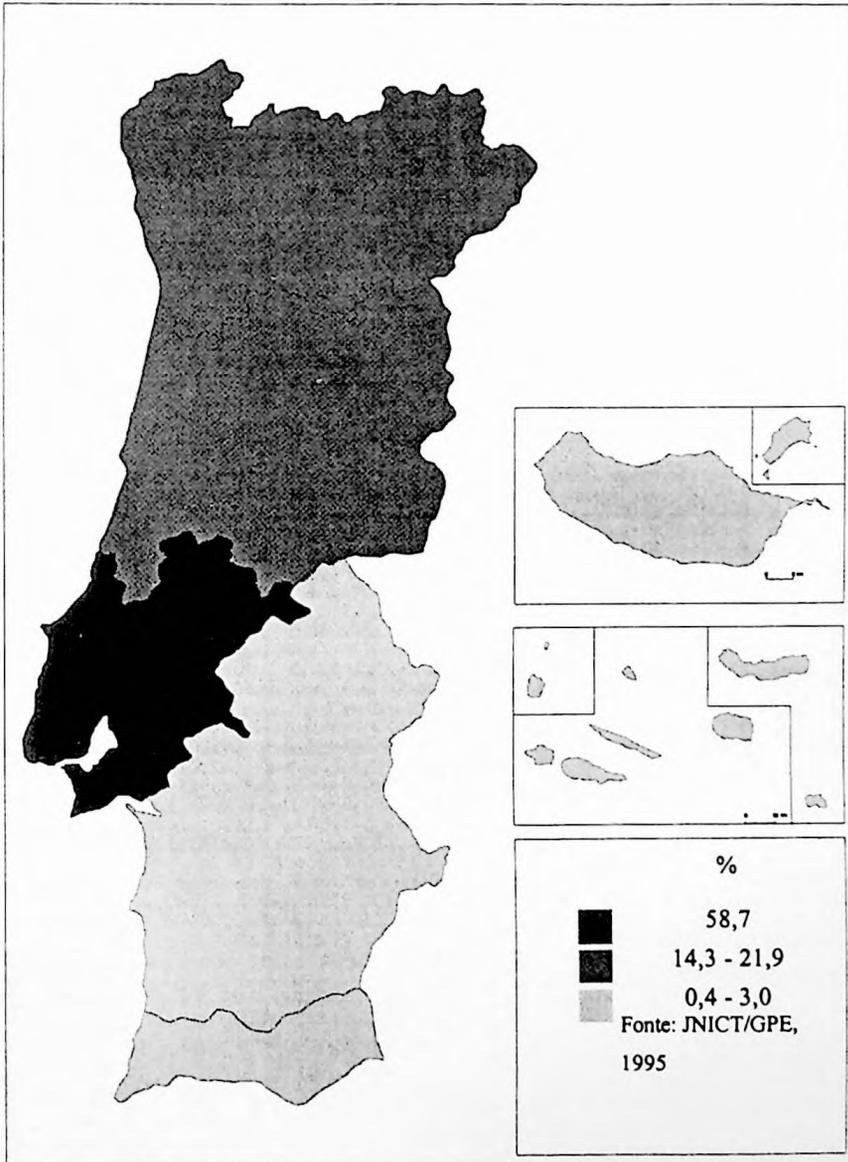
No plano internacional, conforme tem sido sublinhado por diversos autores, a situação é bastante diferente da que se observa à escala nacional. Lisboa apresenta-se como uma capital periférica, com fraco grau de influência internacional e com um potencial económico muito inferior ao que seria de esperar face à sua dimensão demográfica (Reclus, 1989; Kunzman e Wegener, 1991; Catan *et al.*, 1994). Além disso, o aprofundamento da integração europeia tem-se reflectido no reforço das relações económicas entre Portugal e Espanha e na consolidação de uma rede urbana ibérica, cada vez mais integrada e claramente liderada por Madrid.

O aumento do investimento espanhol em Portugal e a penetração de empresas originárias de outros países a partir de filiais já instaladas em Madrid constitui um bom exemplo da supremacia da capital do país vizinho relativamente a Lisboa (Barciela, 1988; Ferrão e Fonseca, 1989).

No plano económico, os indicadores disponíveis apontam para um crescimento do investimento e da produtividade superior à média nacional, pelo que a Região de Lisboa e Vale do Tejo já ultrapassou a fronteira que define as regiões objectivo 1, porque o PIB/capita já é superior a 75% da média da União Europeia. Contudo, o *boom* verificado na segunda metade dos anos oitenta, assente, em grande parte, em investimentos apoiados pelos fundos estruturais comunitários ou orientados para actividades fortemente especulativas (imobiliário e serviços

Fig. 4

Distribuição regional da despesa em I&D, por região, 1992 (NUTE II)



Extraído de: Fonseca, Gaspar e Vale, 1996: 39.

financeiros) e com grande participação de capital estrangeiro², aumenta a fragilidade da economia regional, tornando-a mais dependente das flutuações da economia internacional, e acentua a competição com outras grandes cidades europeias.

Neste contexto, conforme tem sido sublinhado por diversos autores, (CEDRU/Comissão das Comunidades Europeias, 1990; Ferrão e A. Domingues, 1994), Lisboa apresenta alguns entraves importantes ao seu processo de desenvolvimento, de entre os quais se salientam: a posição periférica face ao centro de gravidade da economia europeia; enormes carências no domínio das infra-estruturas de transporte e comunicações; exiguidade do mercado interno e mão-de-obra com qualificações escolares e profissionais ainda bastante inferiores à média comunitária. Apesar destas dificuldades, Lisboa apresenta também algumas vantagens derivadas da amenidade climática, luminosidade, beleza paisagística, riqueza patrimonial e um relacionamento cultural e económico intenso com um número vasto de países, onde se inclui o Brasil, os PALOPs, Macau e Norte de África, e que lhe conferem possibilidades de se transformar numa plataforma intercontinental de prestação de serviços de nível intermédio.

Como já referimos anteriormente, numa pequena economia aberta e periférica como a portuguesa, a competitividade de Portugal dependerá, em larga medida, da capacidade de qualificação e internacionalização das duas áreas metropolitanas e da integração do sistema urbano nacional nos sistemas urbanos ibérico e europeu.

O carácter difuso da urbanização portuguesa, associada a fracas acessibilidades locais e regionais, a excessiva litoralização do povoamento e a falta de cidades médias que funcionem como âncoras do desenvolvimento das regiões em que se localizam, são fragilidades do sistema urbano que urge combater (Baptista, 1995). Para isso, qualquer política de desenvolvimento regional deve assentar na formação de um sistema urbano nacional, coeso e fortemente integrado, conciliando princípios de organização vertical com soluções reticulares e flexíveis que permitam substituir a lógica da hierarquia por estratégias de cooperação, estimulando o desenvolvimento de complementaridades funcionais, tirando partido das economias de proximidade, beneficiando individualmente cada um dos nós que integram a rede e o conjunto do território em que se localizam.

² Sobre o investimento estrangeiro na AML, veja-se: DUARTE, 1993.

Referências

- BAILEY, A.; JENSEN-BUTLER, C. e LEONTIDOU, L. (1996) — «Changing cities. restructuring, marginality and policies in urban Europe», *European Urban and Regional Studies*, 3 (2), pp. 161-176.
- BAPTISTA, A. J. Mendes (1995) — «Rede urbana nacional: problemas, dinâmicas e perspectivas», in SEALOT/MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Ministério do Planeamento e Administração do Território, Lisboa, pp. 20-41.
- BARCIELA, F. (1988) — «Multinacionais preferem Madrid a Lisboa», *Diário de Notícias*, suplemento Economia, 12 e 19/12/98.
- CATAN *et al.* (1994) — *Le Système des villes européennes*. Ed. Económica, Paris.
- CEDRU/Comissão das Comunidades Europeias (1990) — *VALIS — Valorização Arquitectónica e Urbanística de Lisboa — Relatório Final*. Lisboa, polic.
- COSTA, Eduarda; COSTA, Nuno (1997) — «Industrial restructuring in Portugal and EC regional incentives. A geographical approach», Comunicação apresentada à *EUNIT International Conference on Industry, Innovation and Territory. Experience from European Regions and Policy Outlook*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 20-22 de Março, polic.
- DUARTE, Gentil (1993) — *Investimento Estrangeiro Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa*, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, polic.
- FERRÃO, João; FONSECA, Maria Lucinda (1989) — «Investimento estrangeiro e desenvolvimento regional. O caso do investimento espanhol em Portugal», *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXIV (48), pp. 251-278.
- FERRÃO, João (1997) — «Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento?», comunicação apresentada ao Colóquio *A Política das Cidades*, Conselho Económico e Social, Lisboa, 24 e 25 de Fevereiro de 1997, polic.
- FERRÃO, João; DOMINGUES, Álvaro (1994) — «Portugal: as condições territoriais de um processo de terciarização vulnerável», *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXIX (57), pp. 5-42.
- FONSECA, Maria Lucinda (1995) — «Caracterização sumária da ocupação e organização do território de Portugal Continental», *Plano Nacional da Política de Ambiente — Anexos*, Lisboa, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, pp. 117-158.
- FONSECA, Maria Lucinda (1996 a) — «Portugal in the international migration system at the end of the 20th century», comunicação apresentada ao *28.º Congresso Internacional de Geografia*, Haia, 4-10 de Agosto de 1996, 22 p. (polic.).
- FONSECA, Maria Lucinda (1996 b) — «Transformações demográficas e recomposição social da população. Da desertificação do interior à litoralização e urbanização de Portugal», em: *História dos municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 462-493.
- FONSECA, Maria Lucinda (1997 a) — «The Geography of Recent Immigration to Portugal», comunicação apresentada na *Conferência Internacional sobre Non-Military Aspects of Security in Southern Europe: Migration, Employment and the Labour Market*, 19-21 September 1997, Santorini, Grécia (actas em publicação).

Maria Lucinda Fonseca

- FONSECA, Maria Lucinda (1997 b) — «Lisboa: reestruturação produtiva e transformações urbanísticas numa capital periférica», *Seminário Desenvolvimento Industrial e Território — Actas*, Lisboa, 28-30 de Março de 1996, Centro de Estudos Geográficos/Comissão de Coordenação da Região Centro. (Em impressão).
- FONSECA, Maria Lucinda; GASPAS, Jorge; VALE, Mário (1996) — «Innovation, territory and industrial development in Portugal», *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXXI (62), pp. 29-44.
- GASPAR, Jorge (1992) — «The new map of Portugal», in HEBBERT, Michael; HANSEN, J. Christian (eds.) — *Unfamiliar Territory: The Reshaping of European Geography*, Gower, London, pp. 101-116.
- GASPAR, Jorge (1995) — «Lisbon Metropolitan Area: Structure, Function and Urban Policies». In: FONSECA; Maria Lucinda (Coord.) — *Lisboa: abordagens geográficas*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, (EPRU, 42), pp. 81-104.
- JAYET, H.; PUIG, J.-P.; THISSE, J.-F. (1996) — «Enjeux Economiques de l'Organisation du territoire», *Revue d'Economie Politique*, 106 (1), pp. 127-157.
- KUNZMAN, K. R.; WEGENER M. (1991) — *The Pattern of Urbanisation in Western Europe 1960-1990*. IRPUD, University of Dortmund.
- MPAT (1994) — *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, MPAT, Lisboa.
- RECLUS (1989) — *Les Villes Européennes*. Datar, Paris.
- SHURMER-SMITH, Louis; BURTONSHAW, David (1994) — «Degradação e rejuvenescimento urbanos», em: PINDER, David (Org.) — *Europa Ocidental — Desafios e Mudanças*, Celta Editora, pp. 163-184.

FONTES ESTATÍSTICAS

- MESS (Ministério do Emprego e Segurança Social) — *Quadros de Pessoal*. Anos de 1982, 1988 e 1993.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) — *Censos 91*. INE, Lisboa.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) — *XII Recenseamento Geral da População 1981*. Lisboa.